



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

---

### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

# FLASH

# 9429

**Presidente da Mesa Diretora:** José Marcos Martins de Freitas

**Espécie:** Projeto de Lei

**Categoria:** Modifica e Revoga Leis

**Autoria:** Executivo Municipal

**Data:** 03/09/2019

**Descrição Sumária:** PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 07/2019. Altera dispositivos da Lei nº 3.175, de 23/12/2003, que dispõe sobre o Estatuto do Servidor Público; institui o "Adicional de Permanência", que será pago ao servidor efetivo que completar os requisitos para a aposentadoria voluntária, e dá outras providências. (Referente à Lei Complementar nº 74, de 02/10/2019).

**Controle Interno – Caixa:** 16.8

**Posição:** 15

**Número de folhas:** 15

---

Especie: PL  
Categoria: modificação  
CX: 16.08  
Ordem: 13  
nº fls: 12



nº 83/2019

01.10.2019

# Câmara Municipal de Montes Claros

Lei Complementar nº 74 02/10/19

## PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 07/2019

AUTOR:

Executivo Municipal

ASSUNTO:

Altera os Dispositivos da Lei 3.175, de 23 de dezembro de 2003,  
Institui Adicional de Permanência e dá Outras Providências.

### MOVIMENTO

Entrada em 03/09/2019  
Comissão de Legislação e Justiça.

- 1 -
- 2 - VISTAS POR 3 DIA EM 24.09.2019
- 3 - AMOVANDO EM REGIME DE URGÊNCIA
- 4 - EM 01-10-2019, SALVO EMEN
- 5 - DA
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -



**Município de Montes Claros – MG**  
**Procuradoria-Geral**

LEI COMPLEMENTAR Nº <sup>07</sup>~~107~~, DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

**ALTERA OS DISPOSITIVOS DA LEI Nº. 3.175, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2003, INSTITUI O ADICIONAL DE PERMANÊNCIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Os cidadãos do Município de Montes Claros/MG, por seus legítimos representantes na Câmara Municipal, aprovaram e o Prefeito Municipal, em seu nome e no uso de suas atribuições, sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º** – Fica acrescentado o inciso IV, ao artigo 80 da Lei Municipal nº. 3.175, de 23 de dezembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 80 - ....

...

IV – de permanência.”

**Art. 2º** – A Lei Municipal nº. 3.175 de 23 dezembro de 2003, passa a vigorar acrescida do art. 83-A, com a seguinte redação:

“Art. 83-A – O adicional de permanência será pago ao servidor efetivo que completar os requisitos para a aposentadoria voluntária com proventos integrais e optar em permanecer em efetivo exercício na carreira, desde que preencha os demais requisitos presentes em regulamento a ser expedido pelo Chefe do Executivo Municipal.

§1º. Fica fixado o valor correspondente a até 50% (cinquenta por cento) do vencimento básico do cargo do servidor, para fins de base de cálculo do Adicional de Permanência;

§2º. O servidor fará a opção pela permanência perante a Secretaria Municipal de Planejamento Gestão, mediante documento próprio;

§ 3º. Não poderá receber adicional de permanência:

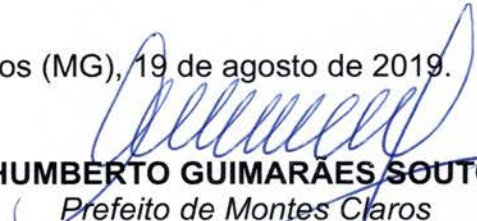
I – o ocupante de cargo em comissão ou função gratificada;

II – o servidor que, por qualquer motivo, não se encontre no exercício do cargo.”

**Art. 3º.** Ficam revogadas as disposições em contrário.

**Art. 4º.** Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Montes Claros (MG), 19 de agosto de 2019.

  
**HUMBERTO GUIMARÃES SOUTO**  
Prefeito de Montes Claros

PROTOCOLO	
<input type="checkbox"/> EXP.	<input checked="" type="checkbox"/> RECD.
03 / 08 / 19	
HORA: 07:05	
ASS: 	

CABANA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
E JUSTIÇA  
EM 03 DE SETEMBRO DE 2019  
PRESIDENTE





**Município de Montes Claros-MG**  
**PROCURADORIA-GERAL**

Montes Claros (MG), 19 de agosto de 2019

Exmo. Sr.

Vereador José Marcos Martins de Freitas

DD. Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros

Ofício nº GP-\_\_\_\_\_/2019

Assunto: encaminhamento de projeto de lei complementar

Senhor Presidente,


Com o presente, encaminhamos a Vossa Excelência, para apreciação da douta Câmara Municipal, o incluso Projeto de Lei Complementar que: **ALTERA OS DISPOSITIVOS DA LEI Nº. 3.175, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2003, INSTITUI O ADICIONAL DE PERMANÊNCIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**, o que permitirá aos servidores municipais efetivos que completarem os requisitos para a aposentadoria voluntária com proventos integrais terem a opção de permanecer em efetivo exercício na carreira, desde que preencham os demais requisitos a serem dispostos em regulamento específico.

Tal implementação proporcionará ao servidor efetivo o adicional de até 50% (cinquenta por cento) do vencimento básico de seu cargo, como forma de compensação pela permanência em atividade depois de preenchido os requisitos para a sua aposentadoria.

Entretanto, a concessão deste benefício estará vinculada ao limite temporal da aposentadoria compulsória, bem como à vontade do servidor em permanecer em atividade.

Contando com a compreensão e o elevado espírito público de Vossa Excelência e dos demais Excelentíssimos integrantes dessa Casa Legislativa, reiteramos os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

  
**HUMBERTO GUIMARÃES SOUTO**  
Prefeito de Montes Claros

## **LEI Nº 3.175, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2003.**

**Dispõe sobre o Estatuto do Servidor Público do Município de Montes Claros.**

O povo do Município de Montes Claros, por seus representantes, aprovou e eu, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

### **TÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** - Esta Lei dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Montes Claros, Estado de Minas Gerais, instituído pela Lei nº 1035, de 25 de março de 1974 e suas alterações.

**Art. 2º** - Servidor Público, para efeitos desta Lei, é a pessoa legalmente investida em cargo público, em caráter efetivo ou em comissão, ou detentora de função pública.

**Art. 3º** - Cargo Público é a unidade de ocupação funcional, permanente e definida, preenchida por servidor público, com direitos e obrigações estabelecidos em lei.

Parágrafo único – Os cargos públicos, acessíveis a todos os brasileiros, assim como aos estrangeiros, na forma da lei, são criados por lei, com denominação e atribuição próprias e vencimentos pagos pelos cofres públicos.

**Art. 4º** - Função Pública é o conjunto de atribuições que, por sua natureza ou suas condições de exercício, não caracterizam cargo público e são cometidas a detentor de função pública nos casos e forma previstos em lei.

**Art. 5º** - Os cargos públicos de provimento efetivo, de mesma denominação e para cujo exercício se exija a mesma escolaridade, são agrupados em segmentos de classes e estes organizados em carreiras.

**Art. 6º** - Os cargos públicos de provimento em comissão são de recrutamento amplo ou limitado.

§ 1º - Os cargos em comissão são de livre nomeação e exoneração.

## **SEÇÃO V DOS ADICIONAIS**

### **SUBSEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 80** – Serão deferidos ao servidor, na forma da lei, os seguintes adicionais:

- I – pela prestação de serviço extraordinário;
- II – pela prestação de trabalho noturno;
- III – de férias.

### **SUBSEÇÃO II DO ADICIONAL POR SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO**

**Art. 81** – O serviço extraordinário será remunerado com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) em relação ao valor da hora normal de trabalho.

§ 1º - Somente será permitido serviço extraordinário mediante autorização do Prefeito, através de Portaria, para atender a situações excepcionais e temporárias, respeitado o limite máximo de 2 (duas) horas diárias, podendo ser prorrogado por igual período, diante de situações inadiáveis cuja inexecução possa acarretar prejuízos irreparáveis.

§ 2º - O adicional por serviço extraordinário não integra a remuneração, nem serve de base de cálculo para nenhum efeito, salvo nos casos em que a lei dispuser em contrário.

§ 3º - Não poderá receber gratificação por serviço extraordinário:

- I – o ocupante de cargo em comissão ou função gratificada;
- II – o servidor que, por qualquer motivo, não se encontre no exercício do cargo.

### **SUBSEÇÃO III DO ADICIONAL NOTURNO**

**Art. 82** – O serviço noturno, prestado em horário compreendido entre 22 (vinte e duas) horas de um dia e 5 (cinco) horas do dia seguinte, terá o valor-hora normal de trabalho acrescido de 25% (vinte e cinco por cento).



## SUBSEÇÃO IV DO ADICIONAL DE FÉRIAS

**Art. 83** – Será pago ao servidor, por ocasião das férias, adicional correspondente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal.

## SEÇÃO VI DE OUTRAS VANTAGENS PECUNIÁRIAS

**Art. 84** – O servidor poderá receber, ainda, as seguintes vantagens pecuniárias, de acordo com regulamento:

- *Caput com redação determinada pela Lei 3.193/2004 – Anexo III.*

a) pelo exercício de docência ou de função auxiliar em programa de desenvolvimento de recursos humanos, desde que não correspondam às atribuições específicas do cargo ocupado;

- *O Decreto nº 2.160, de 15 de setembro de 2005, regulamenta o pagamento ao servidor municipal, como vantagem pecuniária, pelo exercício de docência ou de função auxiliar em programas de desenvolvimento de recursos humanos.*

b) pela elaboração de trabalhos técnicos de especial interesse do serviço público municipal, desde que não correspondam às atribuições específicas do cargo ocupado;

- *O Decreto nº 2.414, de 01 de novembro de 2007, regulamenta o pagamento ao servidor municipal, como vantagem pecuniária, pela elaboração de trabalhos técnicos de especial interesse do serviço público municipal.*

c) pela participação em órgão de deliberação coletiva.

## CAPÍTULO III DAS FÉRIAS

**Art. 85** – O servidor gozará, por ano, obrigatoriamente, 30 (trinta) dias consecutivos de férias, sem prejuízo da remuneração.

§ 1º - Excepcionalmente, no caso de comprovada necessidade do serviço, as férias poderão ser acumuladas até o máximo de 2 (dois) períodos, ressalvado o disposto no artigo 87, e nas hipóteses em que haja legislação específica.

§ 2º - As férias serão concedidas de acordo com a conveniência do serviço, observada a escala que for organizada em dezembro de cada ano, para o ano subsequente, não se permitindo a liberação, em um só mês, de mais de 1/3 (um terço) dos servidores de cada unidade administrativa.





**MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS – MG**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**

**RELATÓRIO DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO**  
**ADICIONAL DE PERMANÊNCIA**

O Projeto de Lei Complementar acrescenta a Lei Municipal nº. 3.175, de 23 de dezembro de 2003 o inciso IV ao artigo 80, bem como o artigo 83-A, instituindo o Adicional de Permanência aos servidores municipais efetivos que completarem os requisitos para a aposentadoria voluntária com proventos integrais, podendo ter a opção de permanecer em efetivo exercício na carreira, desde que preencham os demais requisitos a serem dispostos em eventual regulamento de expedição do Executivo.

Com a implementação do referido Adicional, o servidor efetivo perceberá o acréscimo de até 50% (cinquenta por cento) do vencimento básico de seu cargo, como forma de compensação pela permanência em atividade depois de preenchido os requisitos para a sua aposentadoria. Entretanto, a concessão deste benefício ficará vinculada ao limite temporal da aposentadoria compulsória e ainda à vontade do servidor em permanecer em atividade.

Para tanto, a concessão do Adicional de Permanência terá impacto financeiro de aproximadamente R\$ 37.000,00 (trinta e sete mil reais), conforme exposto na planilha em anexo, com o pagamento do benefício acaso os servidores optem em permanecer em atividade.

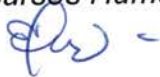
Todavia, a proposta da inclusão do Adicional de Permanência nos termos apresentados no projeto de Lei proporcionará a valorização dos servidores efetivos bem como terá o caráter de compensação do esforço em permanecer em atividade depois de preenchido os requisitos da aposentadoria, estimulando o servidor a continuar a contribuir com sua experiência nos quadros da Administração Pública.

Por fim, reiteramos que a elevação nos gastos com pessoal no ano de 2019 respeitará o orçamento aprovado pela Câmara dos Vereadores, sendo ainda observado as disposições constantes da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000.

Montes Claros, 12 de setembro de 2019.



**FÁBIO TADEU CORREIA**  
*Gerente de Recursos Humanos*



**CLÁUDIO RODRIGUES DE JESUS**  
*Secretário Municipal de Planejamento e Gestão*



**MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS – MG**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**  
**Gerência de Recursos Humanos**

Relatório dos Servidores com Abono Permanência, conforme previsto no § 5º, do artigo 2º da Emenda Constitucional nº. 41, de 19 de dezembro de 2003.

Planilha de Impacto com a concessão de 50% sobre o vencimento base  
a título de adicional de permanência

ORD.	MATRICULA	NOME	VENCIMENTO BASE	ADICIONAL PERMANÊNCIA
01	62731	Agaciria Maria Ribeiro Alkimim	R\$ 1.281,65	R\$ 640,83
02	54453	Antonio Donizete da Silva	R\$ 1.439,27	R\$ 719,64
03	64130	Antonio dos Santos Nascimento	R\$ 998,00	R\$ 499,00
04	3620	Aurea Norma Soares Silva	R\$ 1.439,27	R\$ 719,64
05	1996	Carmem Lucia Pereira Prates	R\$ 1.579,06	R\$ 789,53
06	3360	Cleuza Afonsinia Rodrigues Loliola	R\$ 1.579,06	R\$ 789,53
07	21130	Darlene Rodrigues de Castro Velloso	R\$ 2.210,88	R\$ 1.105,44
08	5061	Eliseno Soares Malheiros	R\$ 1.579,06	R\$ 789,53
09	26158	Fabiola da Consolacao de Freitas Ribeiro	R\$ 1.439,27	R\$ 719,64
10	4847	Gildelene Vasconcelos Custodio	R\$ 2.210,88	R\$ 1.105,44
11	73237	Inailde Rodrigues Lima Lopes	R\$ 2.650,40	R\$ 1.325,20
12	4960	Jacqueline Costa Oliveira	R\$ 2.210,88	R\$ 1.105,44
13	3409	Jacqueline da Cruz Bastos Leite	R\$ 1.579,06	R\$ 789,53
14	4014	Jose Waldemar Pereira Lopes	R\$ 1.439,27	R\$ 719,64
15	39926	Juraci da Silva Alves	R\$ 1.439,27	R\$ 719,64
16	13145	Laura Alves de Jesus	R\$ 998,00	R\$ 499,00
17	70254	Margareth Lessa dos Santos	R\$ 1.439,27	R\$ 719,64
18	40924	Maria Aparecida Mendes	R\$ 1.439,27	R\$ 719,64
19	23108	Maria Aparecida Pimenta Cordeiro	R\$ 2.210,88	R\$ 1.105,44
20	3514	Maria da Paz Barbosa Martins	R\$ 1.439,27	R\$ 719,64
21	41491	Maria Valdete Pereira Lopes	R\$ 1.439,27	R\$ 719,64
22	5509	Marilda Vieira Lima	R\$ 2.210,88	R\$ 1.105,44
23	4537	Marlete Rodrigues Gomes	R\$ 998,00	R\$ 499,00
24	29300	Marly Almeida Oliveira Gomes	R\$ 2.690,19	R\$ 1.345,10
25	36196	Marly de Paula Soares Miranda	R\$ 1.439,27	R\$ 719,64
26	3425	Nelio Ferreira Leite	R\$ 1.439,27	R\$ 719,64
27	60232	Neusa Rocha Cordeiro	R\$ 2.210,88	R\$ 1.105,44
28	2313	Paulo Teixeira Amaral	R\$ 1.439,27	R\$ 719,64
29	25232	Raquel Veloso de Mendonca	R\$ 2.690,19	R\$ 1.345,10
30	68586	Regina Coeli Alves de Araujo Lafeta	R\$ 1.439,27	R\$ 719,64
31	25640	Rita Aparecida Rodrigues Guimara	R\$ 1.281,65	R\$ 640,83
32	31410	Ronaldo Laercio Oliveira Azevedo	R\$ 2.690,19	R\$ 1.345,10
33	9202	Rosivaldo Cezario da Costa	R\$ 998,00	R\$ 499,00
34	68837	Sandra Dalila Menezes Santos	R\$ 1.439,27	R\$ 719,64
35	33499	Silvana de Fatima Soares Gomes	R\$ 2.690,19	R\$ 1.345,10
36	58696	Silvana Mameluque Mota	R\$ 2.210,88	R\$ 1.105,44
37	63975	Silvia Ferreira Capuchinho	R\$ 2.210,88	R\$ 1.105,44
38	5843	Simone Mourao Flavio de Carvalho	R\$ 2.210,88	R\$ 1.105,44
39	15059	Ubaldo Silveira Lopes	R\$ 1.190,08	R\$ 595,04
40	28312	Valdelice Ferreira de Aguiar	R\$ 2.210,88	R\$ 1.105,44
41	62553	Vaneide Maria Maia Cordeiro	R\$ 2.210,88	R\$ 1.105,44
42	40452	Vania Ferreira Santos	R\$ 1.439,27	R\$ 719,64
43	5142	Wilson Goncalves Maia	R\$ 1.439,27	R\$ 719,64
			<b>R\$ 37.410,39</b>	

*Claudio Rodrigues de Jesus*  
Secretário de Planejamento e Gestão  
Prefeitura Mun. de Montes Claros-MG

*Fabio Tadeu Correia*  
Gerente de Recursos Humanos-SEPLAG  
Matrícula 938495-8/6





# **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS**

## **ASSESSORIA TÉCNICA LEGISLATIVA**

**PARECER SOBRE PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 07/2019 QUE  
“ Altera dispositivos da Lei nº 3.175, de 23 de dezembro de 2003, institui o  
adicional de permanência e dá outras providências.”, de autoria do Prefeito  
Municipal.**

Projeto de Lei Complementar enviado à Assessoria Técnica Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

O projeto sob comento altera a Lei 3.175/2003 para instituir o “abono de permanência” na administração pública.

A iniciativa para alteração de Lei que verse sobre servidores públicos municipais é do Executivo Municipal.

Assim, não se vislumbra nenhuma ilegalidade no referido projeto, no seu objetivo ou em sua iniciativa.

Em face ao exposto, somos de parecer que o Projeto de Lei Complementar é legal, constitucional e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros/MG, 18 de setembro de 2019.

  
Luciano Barbosa Braga  
Assessor Legislativo  
OAB/MG 78605



**Câmara Municipal de Montes Claros - MG**  
**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**PARECER SOBRE PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 07/2019**

**AUTOR: Executivo Municipal**

**MATÉRIA: Altera Dispositivos da Lei Municipal nº. 3.175, de 23 de dezembro de 2003, Institui o Adicional de Permanência e dá Outras Providências."**

**I- RELATÓRIO**

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 03/09/2019, com entrada na Sala das Comissões no dia 18/09/2019.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

**II – FUNDAMENTAÇÃO**

O projeto de lei, em análise, versa sobre alteração da Lei Municipal nº. 3.175, de 23 de dezembro de 2003, que "Dispõe sobre o Estatuto do Servidor Público do Município de Montes Claros.

É a proposta para instituir o Adicional de Permanência que será pago ao servidor efetivo que completar os requisitos para a aposentadoria voluntária.

Na Mensagem, o Executivo esclarece que o projeto de lei permitirá aos servidores municipais que completarem os requisitos para aposentadoria voluntária terem a opção de permanecer em efetivo exercício na carreira, desde que preencham os requisitos a serem dispostos em regulamento específico.

Dessa forma, verifica-se que a matéria trata de assunto de interesse local, de iniciativa exclusiva do Chefe do Executivo, portanto, não incide em vício de iniciativa e nem contraria normas legais e/ou constitucionais.

**III – CONCLUSÃO**

Diante do exposto, esta Comissão conclui pela legalidade e constitucionalidade do referido projeto de lei e que o mesmo atende a forma técnica de redação.

Sala das Comissões, \_\_\_\_\_ de setembro de 2019.

Presidente: Ver. Aldair Fagundes Brito \_\_\_\_\_

Vice-Presidente : Ver. Maria Helena de Quadros Lopes \_\_\_\_\_

Relator: Ver. Wanderley Ferreira de Oliveira: \_\_\_\_\_



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS**

### **ASSESSORIA TÉCNICA LEGISLATIVA**

**PARECER SOBRE EMENDA AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 07/2019 que “Altera dispositivos da Lei Municipal nº 3.175, de 23 de dezembro de 2003, institui o adicional de permanência e dá outras providências.”, de autoria do Vereador Presidente José Marcos Martins de Freitas.**

Emenda enviada à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

O projeto em comento tem por objetivo a alteração da Lei 3.175/03, estatuto do servidor, para ali criar o chamado banco de horas.


Já a presente emenda tem por objetivo adequar o projeto para os servidores do Poder Legislativo que também serão atingidos pela modificação pretendida.

A iniciativa de proposições que versem sobre servidores do Poder Legislativo é do Presidente da Casa Legislativa, como no presente caso, bem como, não se vislumbra nenhuma ilegalidade nas alterações pretendidas.

Face ao exposto a emenda é legal, constitucional e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros/MG, 25 de setembro de 2019.

  
Luciano Barbosa Braga  
Assessor Legislativo  
OAB/MG 78605





## Câmara Municipal de Montes Claros

**EMENDA AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 07/2019 que "Altera Dispositivos da Lei Municipal nº. 3.175, de 23 de dezembro de 2003, Institui o Adicional de Permanência e dá Outras Providências."**

### **EMENDA UM**

O *caput* do art. 83-A e seu § 2º da Lei Municipal nº. 3.175, de 23 de dezembro de 2003, previstos no art. 2º do referido Projeto de Lei Complementar passam a vigorar com as seguintes redações:

Art. 2º. (...)

Art. 83-A - O adicional de permanência será pago ao servidor efetivo que completar os requisitos para a aposentadoria voluntária com proventos integrais e optar em permanecer em efetivo exercício na carreira, desde que preencha os demais requisitos presentes em regulamento a ser expedido pelo Chefe do Executivo Municipal e no caso dos servidores do Poder Legislativo, pelo Presidente da Casa.

§ 2º – O servidor fará a opção pela permanência perante a Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, e no caso dos servidores do Poder Legislativo perante a Gerência Administrativa, mediante documento próprio.

Montes Claros, 18 de setembro de 2019

  
Vereador José Marcos Martins de Freitas  
Presidente da Câmara Municipal

Emenda Legal e Constitucional  
Montes claros, 25 setembro 2019  
Abreu

